



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 7 DE MAIO DE 2006 DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão nº 1 – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA-, entidade autárquica vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com sede na Capital da República, pela Superintendência Regional em Goiás, com sede em Goiânia, Estado de Goiás, por delegação de competência conferida ao Superintendente local, publicou edital de licitação para aquisição de mobiliários necessários ao bom funcionamento da repartição.

José da Silva, no gozo do direito da cidadania, residente e domiciliado em Anápolis, Estado de Goiás, malgrado não participar do certame, ajuizou ação popular com o intuito de exercer o controle do ato administrativo, pois, segundo ele, a exigência de apresentação excessiva de documentos, conforme prevista no edital, caracteriza ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa em decorrência da possibilidade de afastamento de bons concorrentes para a disputa.

A empresa "América Distribuidora de Móvel", pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tempestivamente, impugnou o mencionado edital, sob a alegação de irregularidade na aplicação da legislação pertinente, pois também entende que a apresentação de documentação desnecessária é dificultosa para a participação de concorrentes ao certame.

A Superintendência Regional, contudo, silenciou-se durante o prazo legal para apresentação do julgamento das razões do pedido administrativo da empresa. O edital prevê o prazo de dez dias para a realização da sessão de abertura dos envelopes de documentação dos participantes da licitação.

Diante da suposta situação fática, na qualidade de advogado(a) da empresa acima mencionada, mormente para suprir a omissão da Administração, apresente a peça prático-profissional que o caso reclama.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Questão nº 02 – O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA -, por força de resolução, estabelece que é defesa a entrada de detritos perigosos em todo o território nacional, sob qualquer forma e para qualquer fim, inclusive para reciclagem e reaproveitamento. Não obstante a vedação, uma empresa privada formulou consulta ao seu escritório de advocacia indagando se não seria possível reclamar uma exceção à citada regra geral estabelecida pelo CONAMA, especialmente na hipótese de se configurar caso de absoluta imprescindibilidade. Fundamente sua resposta mediante argumentos próprios.

Questão nº 3 – É dever da União articular-se com os Estados para o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum, mesmo que as águas não sejam de seu domínio? Fundamente sua resposta usando argumentos próprios.

Questão nº 4 – É cediço que o proprietário de bem tombado pelo Poder Público pode, em ação judicial, suscitar a inexistência de motivos para o tombamento. Quais os motivos principais que poderiam ser versados pelo proprietário, em contestação administrativa, perante a Administração que tombou a coisa? Fundamente sua resposta valendo-se de argumentos próprios.

Questão nº 5 – A mais autorizada doutrina de Direito Administrativo Brasileiro assegura que o projeto de obra de equipamento administrativo não se sujeita às exigências do Código de Obras local e seus regulamentos. O Município de Tiradentes, Estado de Minas Gerais, por causa da construção de um prédio público federal no seu perímetro urbano, formulou consulta ao seu escritório de advocacia indagando se esse edifício público ficaria ou não sujeito ao mesmo preceito da edificação particular. Fundamente sua resposta mediante argumentos próprios.

Questão nº 6 – A empresa privada "América" firmou com a Administração Pública Federal contrato de fornecimento de materiais, contrato que, posteriormente, veio a ser suprimido pelo decurso de tempo. Diante da supressão do ajuste, a empresa solicitou consulta ao seu escritório de advocacia indagando se o mencionado contrato pode, de alguma maneira legal, ser delongado ou restaurado entre os partícipes. Fundamente sua resposta com argumentos próprios.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 7 DE MAIO DE 2006 DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Questão nº 1 – Com base nos dados abaixo informados, elabore a petição inicial, endereçada ao **JUIZO TERRITORIALMENTE COMPETENTE** reclamando **APENAS** as parcelas **IMPRESCRITAS**. As verbas reclamadas devem ser individualmente especificadas, assim como o período reclamado. Não é necessária a indicação de valores.

João José da Silva, residente e domiciliado em Goiânia, Goiás, na Rua 1, nº 2, Centro, trabalhou para a indústria "Goiás Bebidas", pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Aparecida de Goiânia, Goiás, no período de 20 de janeiro de 1994 a 16 de novembro de 2004, quando foi injustamente dispensado, recebendo apenas o saldo de salário. Cumpre informar que a CTPS somente foi anotada em 2-1-99.

A dispensa se deu em face do plano de reestruturação da empresa, que, na época, estava em processo de venda para a "Sudoeste Bebidas", sediada em Jataí, Goiás, na Rua 1, nº 2, Centro, que sucedeu a contratante em 1º-1-2005.

João foi contratado para laborar na cidade de Aparecida de Goiânia, Goiás, contudo, durante o período de 2-1-99 a 1º-1-2001, prestou serviços na filial de Rio Verde, Goiás, e de 1º-1-2002 a 3-2-2004 laborou na filial de Anápolis, Goiás, quando retornou para Aparecida de Goiânia, Goiás, lá permanecendo até o fim do pacto.

Desde o início do vínculo, laborava das 07h30min às 18h30min, sem intervalo. Durante os últimos doze meses, a título de remuneração, recebia apenas R\$ 600,00 (seiscentos reais); e 20% deste valor lhe eram pagos em bebidas alcoólicas, que vendia na periferia da cidade para complementar sua renda. Nunca gozou férias e também nunca recebeu o décimo terceiro salário.

A empregadora não formulou qualquer proposta de acordo na audiência realizada em 3-10-2005 perante a Comissão de Conciliação Prévia.

Elabore a peça inicial.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

As respostas das questões nºs 2, 3, 4, 5 e 6 devem ser fundamentadas, devendo, também, ser indicado o respectivo dispositivo legal, Enunciado de Súmula ou Orientação Jurisprudencial, que serviu de base para a resposta. Onde houver divergência doutrinária devem ser indicadas a corrente majoritária e a minoritária. A questão será considerada errada se o candidato se limitar a copiar o disposto nos livros doutrinários ou apenas indicar o número do artigo ou Enunciado de Súmula.

Questão nº 2 – Quando é cabível a ação anulatória no Direito Processual do Trabalho, e de quem é a competência para processá-la e julgá-la? Fundamente a resposta.

Questão nº 3 – O negociado, por meio de negociação coletiva, prevalece sobre o legislado? Fundamente e exemplifique.

Questão nº 4 – João José, sem justificar a razão de sua recusa, negou-se a fazer horas extras, apesar de ter feito acordo de prorrogação com o empregador. Quais são os efeitos legais que podem resultar dessa recusa? Fundamente sua resposta.

Questão nº 5 – Pedro da Silva foi contratado por uma empresa de reflorestamento em propriedade rural. Diante disso pergunta-se: para efeito da legislação trabalhista, Pedro é empregado rural ou urbano? Fundamente a resposta.

Questão nº 6 – Maria das Graças, menor de 14 anos, sem a autorização de seu responsável legal, prestou serviços para a "Gyn Confecção", no período de 1º-2-2005 a 1º-3-2006, quando foi injustamente dispensada. Durante esse período recebeu apenas o salário mínimo, razão pela qual ajuizou reclamação trabalhista, pedindo o pagamento de várias verbas trabalhistas, entre as quais horas extras, férias e 13º salário. Em sua defesa a reclamada alegou a nulidade da contratação e, por consequência, nada dever à reclamante. A reclamada está ou não com a razão? Fundamente a resposta.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 7 DE MAIO DE 2006 DIREITO E PROCESSO PENAL

Questão nº 1 – Cite duas contra-cautelares pessoais no Direito Processual Penal.

Questão nº 2 – Cite duas exceções à indelegabilidade da jurisdição.

Questão nº 3 – Cite cinco diferenças entre crime e contravenção.

Questão nº 4 – Cite duas diferenças entre processo e procedimento.

Questão nº 5 – Qual a fonte normativa suprema do processo penal brasileiro?

Questão nº 6 – Elabore a peça processual pertinente ao caso abaixo apresentado.

Em uma festa realizada no Edifício Alquimia, Luiz foi agredido gratuitamente por Paulo, que, após desferir-lhe um forte chute, ocasionou-lhe lesões corporais de natureza grave. Após este fato, quando fugia dos seguranças do prédio, Paulo verbalmente agrediu Dona Ana, que, espantada com tamanha violência, indagara sobre o motivo daquela agressão. Em resposta Dona Ana, assim como os outros convidados, ouviu Paulo dizer: "Não devo satisfação a prostituta alguma; suma da minha frente, velha decadente. Saia daí, sua prostituta". Aos prantos Dona Ana, uma senhora respeitável, sentou-se na escadaria do prédio e pôs-se a chorar. Após dois dias, representou contra seu ofensor em delegacia. Em audiência no 4º Juizado Especial Criminal, as partes não entraram em acordo, então o Juiz suspendeu a audiência e abriu vistas dos autos para o advogado de Dona Ana officiar. De posse da procuração de Dona Ana, elabore a peça pertinente para o prosseguimento do feito.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 7 DE MAIO DE 2006 DIREITO E PROCESSO CIVIL

Questão nº 1 – Em um processo de execução, o devedor João nomeou à penhora veículo de sua propriedade. No curso da referida demanda, as partes formalizaram acordo extrajudicial, mas sem comunicar aos respectivos patronos da citada demanda. Ao necessitar dispor do referido bem, João resolveu informar a seu advogado sobre a realização do acordo, bem como solicitar a liberação da restrição constante no veículo oferecido à penhora. O advogado de João lhe informou que o processo transcorreria normalmente, tendo sido superada a fase dos Embargos à Execução; houve a arrematação do veículo, e o respectivo auto fora assinado havia mais de 15 (quinze) dias, sem a oposição de Embargos. Inconformado com a situação, João indagou a seu advogado se existia alguma medida jurídica a ser postulada para invalidar a arrematação do veículo. Na condição de advogado(a) de João, indique, se houver, qual providência jurídica poderá ser adotada para invalidar a arrematação realizada. Justifique a sua resposta citando expressamente o(s) dispositivo(s) legal(is) aplicável(is) ao caso. A questão só será considerada correta, se houver correlação entre a resposta e o(s) dispositivo(s) legal(is) aplicável(is).

Questão nº 2 – José era credor de Sócrates da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representada por nota promissória devidamente preenchida, com vencimento em 2 de janeiro de 2007. Acontece que José, ao exibir o referido título de crédito a terceiro, descuidou-se e deixou cair água em cima do documento, comprometendo sua inteira compreensão. Assustado, José procurou um(a) advogado(a) para saber se existe(m) meio(s) de solucionar, judicialmente, a questão, caso Sócrates não providencie, amigavelmente, a troca da nota-promissória danificada. Na condição de advogado(a) consultado(a), responda a questão de forma fundamentada, citando o(s) dispositivo(s) legal(is) aplicável(is) ao caso em tela, inclusive no que se refere ao procedimento a ser observado. A questão só será considerada correta se houver correlação entre a resposta e o(s) dispositivo(s) legal(is) aplicável(is).



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

Questão nº 3 – Em uma audiência preliminar, o autor da demanda requereu que fosse determinada ao réu a juntada de um documento sigiloso, o qual poderia comprometer terceiros e não tinha nenhuma relação com o objeto da demanda. O Juiz deferiu o requerimento. Indignado, o réu de imediato questionou o seu advogado sobre a existência de alguma providência a ser tomada para combater a decisão proferida. Na condição de advogado(a) do réu, indique, especificando e justificando a resposta, inclusive citando dispositivo(s) legal(is) aplicável(is) ao caso, quais são as possibilidades processuais de que poderá fazer uso para questionar a referida decisão.

Questão nº 4 – Pedro propôs contra Maria ação de despejo, que foi distribuída à 2ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, Goiás. Ao apresentar sua resposta, Maria, além de contestar a demanda proposta por Pedro, ingressou no mesmo juízo com ação declaratória incidental, tendo como objeto ver reconhecida a união estável existente entre ela e Pedro. Essa ação lhe possibilitará reivindicar direitos sobre o referido imóvel. Neste caso, como deverá proceder o(a) advogado(a) de Pedro ao responder à ação declaratória proposta por Maria, e como se dará a tramitação das referidas demandas? Fundamente sua resposta citando o(s) dispositivo(s) legal(is) aplicável(is) ao caso. A questão só será considerada correta, se houver correlação entre a resposta e o(s) dispositivo(s) legal(is) expressamente referido(s).

Questão nº 5 – João adquiriu um veículo alienado fiduciariamente a uma Instituição Financeira. Porém, ao deixar de pagar mais de 3 (três) parcelas do financiamento, a Instituição Financeira resolveu tomar as devidas providências e, para avaliar qual seria a melhor opção, decidiu consultar um(a) advogado(a). Na condição de advogado(a) consultado(a), descreva qual(is) é(são) a(s) possibilidade(s) jurídica(s) existente(s) – citando o(s) dispositivo(s) legal(is) - à disposição da Instituição Financeira para se evitarem maiores prejuízos em razão do inadimplemento de João. A questão só será considerada correta, se houver correlação entre a resposta e o(s) dispositivo(s) legal(is) citado(s).



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

Questão nº 6 – Licurgo, domiciliado em Anápolis, Goiás, adquiriu um veículo “0Km” da Concessionária ‘Tabajara’, localizada em Goiânia, Goiás, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). No ato da compra, Licurgo efetuou o pagamento da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ficando o restante do valor representado por seu veículo semi-novo, o qual se encontrava alienado a uma Instituição Financeira, mas cuja liberação perante o credor fiduciário iria ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias. As partes formalizaram a negociação mediante proposta de compra e venda, a qual não foi assinada por testemunhas. Decorrido o prazo estipulado pela Concessionária ‘Tabajara’, Licurgo ficou-se inerte no cumprimento de sua obrigação, mesmo após e ter sido notificado para tanto. Outro caminho não restou, então, à Concessionária que não fosse a via judicial. Porém, a referida empresa tem interesse no veículo oferecido em pagamento por Licurgo. Na condição de advogado(a) da Concessionária ‘Tabajara’, redija a peça que melhor resguarde os interesses da constituinte, citando o(s) dispositivo(s) legal(is) aplicável(is) ao caso.

Boa prova!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL - 07 DE MAIO DE 2006 DIREITO COMERCIAL/EMPRESARIAL

Questão nº. 1

A empresa VOGUE JEANS LTDA, estabelecida em Goiânia, vendeu à Sra. Joana Martins, também residente em Goiânia-Go, 300 (trezentas) peças de vestuário, tendo recebido em pagamento 5 (cinco) cheques (Banco do Brasil) no valor de R\$4.500,00 cada, pagáveis no dia 2 de cada mês, a partir de 2 de setembro de 2003. Os dois primeiros cheques foram pagos normalmente, entretanto, a partir do terceiro, ou seja, a partir de 2.11.03, os cheques foram devolvidos por insuficiência de fundos, mesmo na reapresentação. Todos os esforços para receber os respectivos valores foram em vão, inclusive a devedora mudou de endereço e só foi localizada no mês de fevereiro último. Inconformado e mesmo tendo em conta que os cheques restantes já estavam prescritos, o comerciante contratou advogado em abril de 2006 com o intuito de receber seus créditos. Nesse caso e na condição de procurador constituído e se entender cabível medida judicial o candidato deverá propor a ação apropriada, devidamente fundamentada legalmente com os requisitos processuais pertinentes.

Questão nº. 2

A empresa **CONSÓRCIO VALEPA DE AUTOMÓVEIS** teve várias duplicatas protestadas por falta de pagamento e, após tentativas infrutíferas de recebimento, a firma **Radional Acessórios Automotivos Ltda** requereu falência da primeira com base na Lei nº 11.101/ 2005. Pergunta-se: é cabível o pedido em tela? Em caso positivo ou negativo responder fundamentando legalmente.

Questão nº. 3

Um estudante matriculado em cursinho preparatório de vestibular, com duração de um ano, pagável em 4 parcelas trimestrais de R\$900,00 quitou o valor total do curso após o segundo trimestre, no entanto, antes de concluir o terceiro trimestre, teve que desistir do curso em razão de transferência da família para outra localidade. Procurada a direção do curso para que lhe fosse devolvida a importância relativa ao tempo restante ainda por cursar, foi-lhe



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

informado que no contrato assinado pelo seu pai constava cláusula relativa a não-devolução de qualquer importância a título de reembolso, no caso de desistência. Pergunta-se: a cláusula contratual que estipulou a condição acima narrada tem base legal? Fundamentar, considerando as relações comerciais/empresariais/de consumo estabelecidas.

Questão nº. 4

De que forma se dá a dissolução e liquidação das sociedades anônimas?

Questão nº. 5

A Lei de Duplicatas prevê algum outro título de crédito equivalente além da duplicata mercantil? Em caso positivo ou negativo dissertar fundamentando legalmente.

Questão nº. 6

No que consiste o "fomento mercantil"?



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 7 DE MAIO DE 2006 DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão nº 1 – Houve a edição de um decreto concedendo isenção de determinado imposto. Durante o tempo de vigência do referido decreto, a empresa ESTRELA LTDA. deixou de recolher a importância de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais) de imposto, por se achar ao abrigo dos benefícios concedidos. O Governo, reexaminando o referido Decreto, e percebendo-o contrário à lei, resolveu revogá-lo.

Diante dessa situação, o Fisco decidiu cobrar da empresa ESTRELA LTDA a importância de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais) que não havia sido recolhida com base em tais benefícios, acrescida de multa de igual valor e ainda de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais) de juros e correção monetária, perfazendo o total de R\$92.000,00 (noventa e dois mil reais).

Considerando que o processo administrativo transcorreu sem defesa e sem recurso, há a proposta de execução daqueles valores que já se encontram inscritos em dívida ativa.

Formule o recurso necessário, perante o Poder Judiciário do Estado, para defender o executado.

Questão nº 2 – Explique, resumidamente, o que significa “**conversão de depósito em renda**”.

Questão nº 3 – Considerando o teor do art. 166 do CTN, a quem se destina a restituição do imposto de importação (imposto direto) e do ICMS (imposto indireto) indevidamente cobrados no leilão de mercadorias estrangeiras apreendidas, e não recuperadas por aqueles que as introduziram no território brasileiro? Justifique.

Questão nº 4 – De acordo com o disposto no art. 120 do CTN, a pessoa de direito público que resultar do desmembramento de outra, **sub-roga-se nos direitos desta**, cuja legislação tributária aplicará até que entre em vigor a sua própria.

Esclareça o significado da expressão “**sub-roga-se nos direitos desta**”.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

Questão nº 5 – A prática de atos com excesso de poderes pode implicar solidariedade entre o representado e o representante legal? Explique.

Questão nº 6 – O parágrafo único do art 142 do CTN dispõe que a atividade administrativa de lançamento é **vinculada** e **obrigatória**, sob pena de responsabilidade funcional.

O que se entende por “**vinculada e obrigatória**”?

Boa prova!